

FORMULÁRIO DE CANDIDATURA A PROCEDIMENTO CONCURSAL

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

Código da publicitação do procedimento

Código de candidato

CARATERIZAÇÃO DO POSTO DE TRABALHO

Carreira _____ Categoria _____

Área de atividade _____

CTFP por tempo indeterminado

CTFP a termo resolutivo certo

CTFP a termo resolutivo incerto

1. DADOS PESSOAIS

Nome Completo:

Data de nascimento:

Sexo: Masculino

Feminino

Nacionalidade:

Nº de Identificação Civil:

Nº de Identificação Fiscal:

Morada:

Código Postal:

Localidade: _____

Concelho de residência:

Telefone:

Telemóvel:

Endereço eletrónico: _____

2. NÍVEL HABILITACIONAL

Assinale o quadrado apropriado:

01 Menos de 4 anos de escolaridade	<input type="checkbox"/>	08 Bacharelato	<input type="checkbox"/>
02 4 anos de escolaridade (1.º ciclo do ensino básico)	<input type="checkbox"/>	09 Licenciatura	<input type="checkbox"/>
03 6 anos de escolaridade (2.º ciclo do ensino básico)	<input type="checkbox"/>	10 Pós-graduação	<input type="checkbox"/>
04 9.º ano (3.º ciclo do ensino básico)	<input type="checkbox"/>	11 Mestrado	<input type="checkbox"/>
05 11.º ano	<input type="checkbox"/>	12 Doutoramento	<input type="checkbox"/>
06 12.º ano (ensino secundário)	<input type="checkbox"/>	13 Curso de especialização tecnológica	<input type="checkbox"/>
07 Curso tecnológico /profissional/ outros (nível III)*	<input type="checkbox"/>	99 Habilitação ignorada	<input type="checkbox"/>

* Nível III: Nível de qualificação da formação (c/ equivalência ao ensino secundário)

2.1 Identifique o curso e /ou área de formação:

2.2 Indique cursos de pós-graduação, mestrado ou doutoramento:

3. SITUAÇÃO JURÍDICO/ FUNCIONAL DO TRABALHADOR

3.1 Titular de relação jurídica de emprego público?

Sim Não

3.2 Em caso negativo passe diretamente ao ponto 4. Deste formulário. Em caso afirmativo, especifique qual a sua situação:

3.2.1 Nomeação	Definitiva	<input type="checkbox"/>
	A termo resolutivo certo	<input type="checkbox"/>
	A termo resolutivo incerto	<input type="checkbox"/>
3.2.2 Contrato de Trabalho em Funções Públicas	Tempo indeterminado	<input type="checkbox"/>
	A termo resolutivo certo	<input type="checkbox"/>
	A termo resolutivo incerto	<input type="checkbox"/>
3.2.3 Situação atual	Em exercício de funções	<input type="checkbox"/>
	Em licença	<input type="checkbox"/>
	Ao abrigo do Regime de Valorização Profissional, aprovado pela Lei 25/2017, de 30 de maio	<input type="checkbox"/>
	Outra	<input type="checkbox"/>

3.2.4 Órgão ou serviço onde exerce ou por último exerceu funções:

3.2.5 Carreira e categoria detidas, bem como o posicionamento remuneratório:

3.2.6 Atividade exercida ou que por último exerceu no órgão ou serviço:

3.2.7 Avaliação de desempenho (últimos três anos):

Ano	<input type="text"/>	Menção quantitativa	<input type="text"/>
Ano	<input type="text"/>	Menção quantitativa	<input type="text"/>
Ano	<input type="text"/>	Menção quantitativa	<input type="text"/>

4. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FUNÇÕES EXERCIDAS

4.1 Funções exercidas, diretamente relacionadas com o posto de trabalho a que se candidata:

Funções	Data	
	Início	Fim

4.2 Outras funções e atividades exercidas:

5. FORMAÇÃO OU EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL SUBSTITUTIVA DO NÍVEL HABILITACIONAL EXIGIDO

5.1 No caso de a publicitação permitir a candidatura sem o grau académico exigido, indique a formação ou experiência profissional substitutiva.

6. OPÇÃO POR MÉTODOS DE SELEÇÃO

Se se encontra a cumprir ou executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadora do(s) posto(s) de trabalho publicitado(s) ou, encontrando-se ao abrigo do Regime de Valorização Profissional, aprovado pela Lei n.º 25/2017, de 30 de maio, as cumpriu ou executou por último, e pretende afastar os métodos de seleção obrigatórios, nos termos do n.º 3 do artigo 36.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, assinale a seguinte declaração:

“Declaro que afasto os métodos de seleção obrigatórios Avaliação Curricular e, quando aplicável, Entrevista de Avaliação de Competências, e opto pelos métodos de seleção “Prova de Conhecimentos” e, quando aplicável, “Avaliação Psicológica”, nos termos dos n.ºs 3 e 5 do artigo 36.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

7. REQUISITOS DE ADMISSÃO

“Declaro que reúno os requisitos previstos no artigo 17.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho”.

Sim

Não

8. NECESSIDADES ESPECIAIS

8.1 Caso lhe tenha sido reconhecido, legalmente, algum grau de incapacidade, indique se necessita de meios / condições especiais para a realização dos métodos de seleção.

9. DECLARAÇÃO (alínea g), nº 1 do artigo 13.º, da Portaria n.º 233/2022, de 09 de setembro

“Declaro que são verdadeiras as informações e os factos constantes do formulário e da candidatura”.

Localidade: _____

Data: _____

Assinatura

Documentos que anexa à candidatura:

Currículo	<input type="checkbox"/>	Outros:
Certificado de habilitações	<input type="checkbox"/>	
Comprovativos de formação (Quantidade_____)	<input type="checkbox"/>	
Declaração (*)	<input type="checkbox"/>	

(*) **Contendo informação sobre:** Relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, quando exista, bem como da carreira e categoria de que seja titular, da atividade que executa, da sua posição remuneratória, do órgão ou serviço onde exerce funções e da avaliação do desempenho com a respetiva menção quantitativa dos últimos 3 biénios

**ANEXO AO FORMULÁRIO DE CANDIDATURA DO PROCEDIMENTO CONCURSAL
DIREITO DE INFORMAÇÃO E ACESSO AOS DADOS PESSOAIS (RGPD)**

Proteção de Dados Pessoais

A APAL-SIM no âmbito das suas atribuições e competências e no cumprimento do disposto no Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 – Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), na sua atual redação e Lei n.º 58/2019, de 18 de agosto – Lei da Proteção de Dados Pessoais, é a responsável pela proteção e tratamento dos dados pessoais das pessoas singulares, no estrito cumprimento dos seus princípios, de forma confidencial, estando os trabalhadores e colaboradores da APAL-SIM obrigados a um dever de sigilo quanto aos mesmos.

O tratamento dos dados pessoais disponibilizados ocorre no âmbito da gestão do processo de recrutamento, em conformidade com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento Europeu em vigor e nos demais termos definidos por Lei.

Direito à informação

O tratamento dos dados pessoais não constitui uma obrigação contratual.

Os destinatários dos dados pessoais são os Recursos Humanos da APAL-SIM no âmbito do processo de recrutamento.

Os dados pessoais podem ser facultados a entidades terceiras para cumprimento de obrigações legais, designadamente aplicação dos métodos de seleção.

Os dados disponibilizados podem ser acedidos e alterados pelo seu titular, incluindo a retificação, o apagamento ou a limitação do seu tratamento.

O titular dos dados tem o direito de apresentar reclamação junta da autoridade de controlo (Comissão Nacional de Proteção de Dados).

Os dados são conservados durante o período previsto no Regulamento Arquivístico para as Autarquias Locais e Associações de Municípios.

Os candidatos têm o direito de exercer os seus direitos no âmbito da política de privacidade.

Tomei conhecimento.

Guarda, ___ de _____ de _____.

O(a) candidato(a) ao procedimento concursal,
